



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – ESTADO DO PARANÁ**

### **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

PARECER CJR

Projeto de Lei nº 83/2025 – Executivo

Autor: Prefeito Municipal

Relator: Vereador Thiago Henrique Carlos da Silva

### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 83/2025, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, tem por finalidade autorizar a abertura de Crédito Especial no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), no PPA, LDO e LOA do Município, destinando os recursos à ação orçamentária de Repasse a Entidades Sem Fins Lucrativos de Ensino Especial, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Conforme o texto do projeto, o crédito especial será utilizado para possibilitar o repasse previsto no Projeto de Lei nº 82/2025, destinado à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação, nos termos do art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320/64.

A proposição vem acompanhada de mensagem justificativa e atende às exigências legais de demonstração de origem dos recursos.

### **II – ANÁLISE TÉCNICO-JURÍDICA**

#### ***a) Competência Legislativa e Iniciativa***

O projeto versa sobre matéria orçamentária, cuja competência legislativa é do Município, nos termos do art. 30 da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal.

A iniciativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme determina a legislação local para proposições que impliquem alteração no orçamento público.



#### **b) Constitucionalidade e Legalidade**

A abertura de crédito especial encontra respaldo na Lei Federal nº 4.320/64, que regula normas gerais de direito financeiro e estabelece os requisitos para este tipo de operação orçamentária.

A matéria atende aos princípios constitucionais aplicáveis:

1. legalidade;
2. transparência;
3. eficiência;
4. responsabilidade fiscal.

Não há qualquer afronta à Constituição Federal, à Lei de Responsabilidade Fiscal, à Lei Orgânica Municipal ou ao Regimento Interno desta Casa.

#### ***c) Juridicidade***

A abertura do crédito especial está corretamente fundamentada em Excesso de Arrecadação, conforme exige o art. 43 da Lei 4.320/64.

O dispositivo é adequado e suficiente para dar respaldo jurídico ao repasse previsto no PL nº 82/2025, garantindo integridade orçamentária e observância das normas fiscais.

#### ***d) Técnica Legislativa***

A redação observa as regras de técnica legislativa previstas na Lei Complementar nº 95/1998, apresentando clareza, objetividade e precisão. Os artigos são bem estruturados, sem vícios formais ou materiais.

#### ***e) Conexão com o Projeto de Lei nº 82/2025***

O PL 83/2025 é peça orçamentária indispensável para a plena execução do PL 82/2025, que autoriza o repasse de recursos à APAE.

A compatibilidade entre ambos é total e necessária, sendo este projeto o instrumento formal que garante a existência de crédito orçamentário e sua adequada vinculação.



### **III – CONCLUSÃO DO RELATOR (CJR)**

À vista do exposto, opino pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e regular tramitação do Projeto de Lei nº 83/2025, por atender integralmente aos requisitos legais e regimentais. Voto favoravelmente à sua aprovação.

São João do Ivaí, 21 de novembro de 2025.

Assinatura manuscrita de Thiago Henrique Carlos da Silva, em tinta preta, sobreposta ao nome impresso.

**Thiago Henrique Carlos da Silva**  
***Relator da Comissão de Justiça e Redação***



## **PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

A Comissão de Justiça e Redação, reunida em 24 de novembro de 2025, após análise do voto do Relator, manifesta-se pela regular tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 83/2025, por atender aos requisitos constitucionais, legais, regimentais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2025.

  
**Joaquim Henrique da Cunha Silvério**  
*Presidente*

  
**Thiago Henrique Carlos da Silva**  
*Relator*

  
**Astalaír Tiba Monteiro**  
*Membro*



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – ESTADO DO PARANÁ**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

PARECER CFO

Projeto de Lei nº 83/2025 – Executivo

Autor: Prefeito Municipal

Relator: Vereador Maicon César Rossi

#### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 83/2025 visa autorizar a abertura de Crédito Especial no importe de R\$ 200.000,00, para inclusão no orçamento municipal de ação específica destinada ao repasse financeiro à APAE de São João do Ivaí, conforme previsto no PL nº 82/2025.

O crédito será custeado por Excesso de Arrecadação, devidamente identificado, nos termos da legislação federal de direito financeiro.

#### **II – ANÁLISE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

##### ***a) Adequação aos Instrumentos Orçamentários***

A abertura do crédito especial considera corretamente os princípios da unidade orçamentária e a necessidade de compatibilização entre PPA, LDO e LOA, conforme dispõe o sistema legal vigente.

As dotações inseridas estão vinculadas à função educação, subfunção educação especial.

##### ***b) Fonte de Recurso – Excesso de Arrecadação***

A utilização de Excesso de Arrecadação atende ao art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320/64, representando fonte legítima e adequada para abertura de crédito especial.

O dispositivo demonstra que há suficiência financeira, não implicando riscos à execução orçamentária.

##### ***c) Responsabilidade Fiscal***



O projeto observa os princípios da Lei Complementar nº 101/2000, especialmente aqueles relativos:

1. ao equilíbrio das contas públicas
2. à previsão e controle de despesas
3. aos requisitos de demonstração da origem dos recursos.

Não há renúncia de receita, tampouco criação de despesa continuada que gere impactos futuros.

***d) Vinculação ao PL nº 82/2025***


A abertura do crédito constitui instrumento essencial para a operacionalização do repasse à APAE, sendo etapa obrigatória da execução orçamentária.

A compatibilidade e coerência entre os dois projetos reforça a regularidade da técnica de planejamento financeiro.

**III – CONCLUSÃO DO RELATOR (CFO)**

Diante da adequação orçamentária, da observância à legislação financeira e da importância da medida para possibilitar o repasse previsto no PL nº 82/2025, opino favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 83/2025.

São João do Ivaí, 21 de novembro de 2025.



**Maicon César Rossi**


***Relator da Comissão de Finanças e Orçamento***



## **PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Reunida em 24 de novembro de 2025, esta Comissão, acompanhando o voto do Relator, manifesta-se pela regular tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 83/2025, por estar em conformidade com a legislação fiscal e com o planejamento orçamentário municipal.


Sala das Comissões, 24 de novembro de 2025.



**Thiago Henrique Carlos da Silva**  
*Presidente*



**Maicon Cesar Rossi**  
*Relator*



**Edgar Santos de Carvalho**  
*Membro*